

ATA 05/2017 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS. No dia 18 de maio de 2017, com início as 19:00 horas, em segunda chamada, no auditório da Casa dos Conselhos, realizou-se uma ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS, com a seguinte pauta: **1. Informes: Do Conselho:** ofício da casa do trabalhador reapresentando, como titular, o senhor Luiz Guilherme Belletti para titular e Oscar Balbinot para suplente. Além disso o futuro conselheiro se disponibiliza para participar das seguintes comissões: COMFIN, COMTEC, CONFIS, Comissão de Contratualização com os prestadores de serviços. Refere que o conselheiro encaminhou pedidos de ponto de pauta que serão analisados pela coordenação. O conselho recebeu e-mail da UCPel referindo recurso da consulta popular 2016/2017 que foi aprovado em 17.11.2016 ata 18 e que teve um aumento, pois o município de Herval foi desabilitado e a verba foi redistribuída, neste mesmo sentido o projeto do Hemopel também teve um aumento, na realidade todos os demais projetos, por consequência, tiveram aumento nas verbas inicialmente projetadas. Ofício da Santa Casa indicando Renato Silveira como titular e Liliane Domingues como suplente para compor a comissão de finanças deste conselho. **Da secretaria:** Leandro compartilha e convida para este sábado a reinauguração da UBS Guabirola, no padrão Rede Bem Cuidar. **Dos conselheiros:** Francielly fala que dia 29 de março encaminhou pedido de pauta que contava com a assinatura dela própria representando o CREFITO, dos conselheiros Claudinei e Ivon com apoio da Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental, do Coletivo Povaréu Sul e do Grupo de Pesquisa em saúde Mental e Coletiva da Faculdade de Enfermagem. Entende que a resposta da coordenação do conselho não é satisfatória e aproveita para explanar sua solicitação de pauta: “Aos cuidados do Conselho Municipal de Saúde. Viemos por meio do presente documento solicitar esclarecimentos e plano de ação referente a criminalização da saúde mental e assassinato de Cláudio Adão Lima de Souza, trabalhador 41 anos que residia com sua mãe na cidade de Pelotas na rua Luciano Gallet e era usuário da rede de atenção psicossocial. Questiona-se: 1. Qual era o serviço de referência deste usuário? 2. Como era feito o acompanhamento? 3. Qual era o profissional ou equipe de referência? 4. Porque houve falta de acesso a medicação? 5. Porque o serviço de urgência emergência negligenciou o atendimento do mesmo? 6. Qual o fluxo de funcionamento da rede de atenção psicossocial? 7. Qual o protocolo de atendimento da crise na rede bem como o dispositivo de urgência emergência (SAMU) 8. Quais são as abordagens utilizadas pela a rede de atenção psicossocial no manejo da crise? 9. Existe alguma

formação do SAMU para o atendimento da crise? 10. Quando foi a última capacitação e quem atuou na formação? 11. Há Matriciamento na rede de atenção psicossocial? 12. Quem compõem? 13. Quando e quais as ações desenvolve? 14. O que a saúde e a assistência estão fazendo em relação aos familiares e a comunidade que vivenciou essa situação? 15. Quais os desfechos jurídicos estão sendo realizados para retratar a família? 16. Como está o processo administrativo e criminal em relação ao fato? 17. Como a saúde transversaliza as ações com a segurança pública nas situações de atenção a crise? 18. Qual a qualificação e o manejo de atenção à crise realizada pelos órgãos de segurança pública na relação a RAPS? Solicitamos um relatório dos registros de atenção à crise e seus desfechos os realizados no ano de 2017. Diante dessa situação solicitamos que as seguintes questões sejam apresentadas em plenárias no dia 6 de abril de 2017 na forma de exposição pública e relatório impresso e considerando um esboço contendo protocolos e anexos de funcionamento da RAPS e de atenção da crise considerar um esboço propomos ainda a Constituição de uma comissão de acompanhamento permanente de acompanhamento a crise em Pelotas. Reforça que esta solicitação foi feita por ela (Francielly) em busca da continuidade de uma luta por uma causa que não é só sua. A conselheira entende que o Conselho devolveu as perguntas feitas por ela para que ela mesmo buscasse as respostas. Jaime fala que dia 3 de abril foi encaminhado um ofício formalizando como deveria ser construída a pauta e a sugestão é que seja encaminhado primeiramente ao RAPS Grupo de apoio condutor da rede psicossocial de Pelotas com sede no CAPS escola onde as entidades conselho municipal de saúde e a AUSSMPE tem assento e após a discussão neste grupo deve vir para a comissão de saúde mental deste conselho para parecer. Jaime fala que talvez tenha havido ruído na comunicação, pois respondeu quatro dias após a solicitação. Francielly reclama que só a sua solicitação não vem a pauta. Pede que sua solicitação venha como pauta em reunião futura. Claudionei pede a palavra para o senhor Uilson Santos que na sequencia lê a carta da luta antimanicomial aprovada na Conferencia Livre de Saúde Mental e que acompanha esta ata como anexo. Belletti: lembra seu histórico e refere seu retorno após uma experiência na gestão de outro município. Refere que ao retornar encontrou conselheiros de cabeça baixa. Fala que não é só atirar pedras na gestão, que é preciso trabalhar junto. Refere que percebeu as dificuldades da gestão quando esteve nela. Refere que gostaria de saber quantos pré-câncer se faz em Pelotas, pois esteve em uma UBS onde um cartaz anunciava o agendamento de cinco pré-câncer. Diz que a atenção básica não rende o que poderia render, são poucos atendimentos e refere o ministério público está muito ausente das pessoas. A situação de um paciente pedir

para ser internado e ser abatido pela Brigada Militar, ser assassinado pela Brigada Militar tem que ser discutido pelo Conselho e pelas autoridades. Pede que se discuta esse ponto no conselho. Diz não entender que reuniões do CMSPel sejam suspensas por falta de pauta. Fala que quer trazer sua experiência de Canguçu para Pelotas. Marcio refere que esteve em visita as UBS da zona rural na semana passada e se diz espantado com a nova forma de envio de vacinas as UBS de uma vez por semana e a justificativa é a falta de luz e fala da possibilidade da cobertura da vacinação estar sendo afetada. Simp solicita a informação da cobertura vacinal na área rural antes e depois desta estratégia. Roig solicita uma retificação na carta lida pelo senhor Uilson pois não estava representando o Conselho. Fala que na audiência pública de saúde mental esteve em representação do Conselho. Dia 15 em reunião da RAPS destaca que a saúde mental não tem referencia, para onde vai o paciente que é acolhido pelo SAMU? Pensa que o HEP não é referencia para atendimento de urgência para SM. Fala que o encaminhamento correto é que o conselho encaminhe as solicitações de pauta para as comissões. Fala de sua preocupação com o pré-natal e a mortalidade infantil, pois as agendas de pré-natal estão muito demoradas. Ivon avisa que dia 27 acontecerá o 13º Mental Tchê em São Lourenço. Este é um evento estadual que discute a saúde mental e que envolve entidades de fora do estado também. Embora tenham encontrado muitas dificuldades financeiras para a realização. Os movimentos sociais de todo o estado estão organizados e organizando o evento este ano. As entidades de Pelotas estão organizando a ida de usuários para o evento. Guilherme da SMS solicita a inversão da pauta 5 para o ponto 3, para o que não houve contestação dos presentes.

2.Aprovação da ata 3 e 4: as atas são colocadas em análise. Francielly refere que não viu a solicitação de alteração que ela havia pedido. Retira-se de pauta a ata 3. A ata 4 é aprovada por 17 votos favoráveis e 7 abstenções. Roig solicita que a apreciação das atas seja feita sempre de forma individual.

Pauta 3. Análise e parecer da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2017. Parecer da COMTEC: A COMTEC, após explanação da SMS, entende que houve uma síntese da pactuação em relação aos demais anos anteriores. Logo, recomenda à aprovação da pactuação apresentada, solicitando a SMS que apresente ao CMSPel, a planilha dos moldes de 2016, com os indicadores anteriores, de forma clarificar o entendimento da Plenária. Eliedes, na representação da SMS, fala que a síntese de indicadores do pacto é determinada pela Secretaria de Saúde do estado e Ministério da Saúde: Neste pacto estão presentes os seguintes indicadores: taxa de mortalidade prematura por DCNT; Proporção de óbito materno em idade fértil investigado; Proporção de registro de óbito por causa básica

definida; Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional vacinal para menores de dois anos com cobertura de vacinação preconizada; Proporção de casos novos de doenças de notificação compulsória imediato e encerrados após 60 dias da notificação; proporção de cura dos casos de hanseníase; Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade; Número de casos novos de HIV em menores de cinco anos; Proporção de análise de amostra de água para consumo humano analisadas para coliformes fecais, cloro e turbidez; Razão de exames cito patológico realizados na população de determinada faixa etária; Razão de exames de mamografia de rastreamento na população de determinada faixa etária; Proporção de partos normal no SUS e na saúde suplementar, proporção de gravidez em meninas de 10 a 19 anos; Taxa de mortalidade infantil, Número de óbitos maternos por período; Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica, Cobertura de acompanhamento das condicionalidades do programa bolsa família; Cobertura populacional estimada pela Saúde Bucal; Ações de matricialmente realizado por CAPS para a atenção básica; Número de ciclos que atingiram pelo menos 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue; Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificação de agravos relacionados ao trabalho. Roig pergunta por qual motivo estarmos pactuando em maio em 2017 o ano de 2017. Eliedes diz que estes indicadores já foram pactuado a quatro anos atrás e este ano estamos somente readequando alguns dados. Belletti pergunta porque vacinas até 2 anos é 75%? E se não teria que se trabalhar a enfermagem? Da mesma forma pergunta sobre a sífilis e seu impacto na mortalidade infantil, acha que os números precisam ser melhorados. De mamografia os valores de 35%, pede esclarecimentos pois não entendeu. Fala que em Pelotas as pessoas não estavam informadas sobre o início da vacina da gripe. Como os indicadores de saúde bucal estão previstos em 46 % se a saúde bucal é tão efetiva? Eliedes fala que antes as vacinas eram acompanhadas por tipo e que agora são em bloco, além disso há uma grande falta de vacinas o que impacta nas coberturas. Ana Alice fala que o déficit no abastecimento vem acontecendo nos últimos 4 anos. Há muitas faltas de vacinas, ultimamente está se conseguindo manter as várias vacinas, mas muitas estão sendo concentradas para evitar perdas, tentando otimizar o quantitativo que é recebido. Sobre a sífilis o desafio é captar as mulheres e seus parceiros, refere que o teste rápido tem ajudado, mas por si só não trata o parceiro que reinfecta sua parceira e pode culminar com um feto malformado. Sobre a mamografia, o número de mamógrafo não tem capacidade para atender a demanda de Pelotas e as pactuações/contratualizações devem continuar discutindo esta questão. Leandro fala que a

cobertura das equipes de saúde bucal é diferente da cobertura de dentista e aqui se fala da cobertura de Equipes de Saúde Bucal. Belletti sugere trocar a chamada do teste para hepatites e outras doenças e aliar ao pré-câncer. Eliedes diz que não dá para aliar ao pré-câncer pois este tem baixa cobertura no momento. Diz que é necessário acabar com estigmas das doenças e as pessoas devem ser educadas para isso. Eliedes reforça o fato de que não podemos pactuar 100% de mamografias se não temos capacidade instalada para isso. Márcio lembra das questões levantadas por ele nos informes em função das queixas de que não recebem vacinas nas UBS da área rural. Eliedes Responde ao Marcio que para avaliar cobertura vacinal vai precisar de mais tempo pois estão a dois meses nesta nova logística fala que a justificativa não é por falta de luz e sim pelo desperdício de doses. Marcio pergunta sobre as notificações em saúde do trabalhador. Eliedes fala da importância de se especificar além do trabalhador onde foi o acidente relacionando a sua ocupação. Em votação o ponto é aprovado por 21 votos favoráveis e três abstenções. **Pauta 4: Apresentação do SIAPC (Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas) – Restos 2016. COMFIN:** A COMFIN aprova a apresentação do SIAPC/2016 da SMS, com as correções recomendadas, que serão apresentadas na plenária. Joao Rosinha fala que estes recursos são sobras financeiras que serão incluídas nos recursos 2017. Apresenta as sobras financeiras por contas especificando os valores que serão inclusos no orçamento atual. Vilmar pergunta sobre o agrupamento de algumas contas. Rosinha explica que foram agrupadas algumas contas por orientação do Ministério da Saúde. Márcio diz não estar entendendo o ponto. Jaime fala que com esta explanação queremos saber o que tem acontecido com as contas financeiras da secretaria e como se deu a transição de 2016 para 2017. Belletti fala que o parecer da COMFIN deveria ter avaliado e emitido um parecer mais completo. Francielly fala da gestão SUS para qualificação do CAPS, para onde vai esta verba agrupada. Pergunta se há como saber o que é gasto com as oficinas terapêuticas e pede cópia deste relatório. Maurem explica há um orçamento anual e que esta verba é o que restou sem uso ao final do ano que passou. Roig pergunta sobre o valor total destes recursos. Rosinha refere não ter feito o somatório. Leandro pergunta sobre os seis blocos de financiamento e os agrupamento por blocos e como se dará a utilização dentro de cada bloco por objeto. Rosinha fala que apesar do agrupamento os recursos têm aplicações específicas. Liamara pergunta quando vai passar no conselho a aplicação do recurso da saúde mental. Joao Rosinha fala que o que vem para uma aplicação é usado nesta aplicação. Roig fala que todo recurso passa pela análise do conselho. Jacqueline explica que a aplicação dos recursos é discutida

prioritariamente a partir das conferências e da construção do Plano Municipal de Saúde. Momentos estes que estamos vivendo agora em Pelotas com a 13ª Conferência Municipal de Saúde em Pelotas e na sequência a construção do Plano Municipal de Saúde 2018-2021. Em votação a recondução dos recursos de 2016 para o orçamento de 2017, é aprovado por 13 votos favoráveis e cinco abstenções. Como a prorrogação de tempo não foi aprovada, os demais pontos da pauta são reconduzidos para a próxima plenária. Sendo o que havia para ser tratado, a reunião foi encerrada as 20 horas e 59 minutos após será lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será encaminhada cópias ao Prefeito Municipal, Promotor Público de Justiça ou semelhante, à Câmara Municipal de Vereadores e às instituições que as requererem. Para conhecimento, registra-se para os devidos fins que as manifestações se encontram gravadas em arquivos eletrônicos.

Jaime da Silva Fonseca
Coordenador geral

Maurem Wenzke
Secretária Plenária